



Comissão de Legislação, Justiça e Redação

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS-MG



PARECER PARA DISCUSSÃO EM TURNO ÚNICO DA SUBEMENDA N.º 1 À EMENDA N.º 1 AO PROJETO DE LEI N.º 2, DE 2005

I – RELATÓRIO

Por ocasião da análise do PL n.º 2/2005, de autoria Prefeito Municipal, *que regulamenta os §§ 3º e 5º, do art. 100, da Constituição Federal, bem como os arts. 78, 86, 87 e 88, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, estabelecendo limite para Requisição de Pequeno Valor (RPV)*, esta Comissão conclui pela legalidade da matéria, com as alterações propostas pela Emenda Substitutiva n.º 1.

No último dia 9 de maio, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas também emitiu parecer sobre o PL n.º 2/2005, manifestando pela sua aprovação. Na ocasião, apresentou subemenda à referida emenda substitutiva, a fim de estabelecer que sejam consideradas de pequeno valor as obrigações judiciais com valor igual ou inferior a trinta salários mínimos.

Na referida data, essa matéria foi distribuída a esta Comissão, para parecer na forma regimental.

Este é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A matéria em estudo é de iniciativa de vereador e comissão, conforme exposto por ocasião do exame do PL n.º 2/2005.

Portanto, não há óbice de natureza legal e constitucional à iniciativa de comissão de propor valor das despesas judiciais consideradas de pequeno valor, a fim de serem pagas pela Fazenda Municipal mediante RPVs.



Comissão de Legislação, Justiça e Redação

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS-MG



O valor sugerido pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas está de acordo com a capacidade financeira e orçamentário do Município.

III – CONCLUSÃO

Tendo em vista o exposto, esta Comissão acompanha o voto do Relator e opina pela legalidade e constitucionalidade da matéria em tela.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2005.

IVO CORSI DA SILVA

Relator

ROBERTO DIAS DA SILVA

Presidente

LUCIANO JOSÉ DE MIRANDA

Membro